Formação Académica:

2005/6 — Pós-Graduação em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (Parte curricular de Doutoramento em Sociologia).

2001/4 — Mestrado em Administração e Políticas Públicas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

1989/94 — Licenciatura em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

Formação Profissional:

2014 — Metodologias de Decisão para os Serviços Públicos (Atualização FORGEP) (20 Horas)

2009 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública (150h).

2008 — Liderança e Gestão de Equipas (30h)

2007 — Enquadramento Jurídico da Mobilidade Especial (35h)

2006 — Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública (14h)

2004 — Introdução ao Controlo Financeiro — 5.ª Ed., promovido pelo INA (156h)

2000 — Código do Procedimento Administrativo: Teoria e Prática (24h)

Experiência Profissional Relevante:

INEM — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. — Desde 1/08/2014 até à data) — como Coordenador do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Cargo de Dir. Intermédia 2.ª Grau) (Formação e desenvolvimento de pessoas, recrutamento, projetos de regulamentos de RH).

IMT — Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. — Desde 1/11/2010 até 31/07/2014) — como Diretor de Serviços de Administração de Recursos (IMT sucedeu ao IMTT) (Orçamento, Contabilidade, Património, Recursos Humanos, Formação, Avaliação de Desempenho e Expediente).

ASAE — Autoridade de Segurança Alimentar e Económica — Desde 1/11/2006 até 31/10/2010 — como Diretor de Serviços Administrativos (Orçamento e Contabilidade, Património e Recursos Humanos).

Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação — Desde 05/01/2005 até 31/10/2006 — Como Chefe de Divisão de Auditoria Financeira e de Execução (SG MEI sucedeu ao GAGEST).

GAGEST — Gabinete de Gestão do ex-Ministério da Economia — Desde 25/08/2003 até 04/01/2005 — Como Chefe de Divisão de Auditoria Financeira e de Execução.

DGI — Direção-Geral da Indústria — Desde 1/1/2002 até 24/08/2003 — Como Chefe de Divisão de Apoio Técnico, exercendo funções na área da execução orçamental, aprovisionamento e logística.

INEM — Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P. — Desde 11/6/1996 até 31/12/2001 — Como Técnico Superior de 2.ª e 1.ª Classe na Direção de Serviços Administrativos exercendo funções nas áreas de Contabilidade e Orçamento.

13 de abril de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *José Manuel Mestre*.

209509493

Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto

Aviso n.º 5266/2016

Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para ocupação de 4 postos de trabalho na carreira especial médica da área hospitalar, na especialidade de Oftalmologia, na categoria de Assistente, aberto pelo Aviso n.º 228/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 6 de 11 de janeiro de 2016.

Por Despacho de 13 de abril de 2016, da Presidente do Conselho de Administração, Dra. Luísa Coutinho Santos, foi homologada a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal para preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira especial médica da área hospitalar, na especialidade de Oftalmologia, na categoria de Assistente, aberto pelo Aviso n.º 228/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016.

Lista unitária de ordenação final homologada

1.º Jorge Manuel Zuzarte de Mendonça Godinho Ferreira: 16,9 Valores

2.º Nádia Lopes: 16,8 Valores

3.º Carlos Ferreira da Silva Perpétua: 15,1 Valores

4.º Maria Cristina Ribeiro Moreira dos Santos: 15,0 Valores

5.º Samuel Baptista Moreira Alves: 14,5 Valores

6.º Ricardo Miguel Bastos Amorim: 14,4 Valores

7.º Hélder de Sousa Simões: 12,3 Valores

Da homologação da Lista Unitária de Ordenação Final, pode ser interposto recurso administrativo, nos termos do n.º 3 do Artigo 27.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, republicada pela Portaria n.º 229-A/2015, de 03 de agosto.

13 de abril de 2016. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Luísa Coutinho Santos*.

209508829

Aviso n.º 5267/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna -se público que, na sequência de procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 16479/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro de 2012, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com produção de efeitos 01 de abril de 2016, ficando os trabalhadores integrados na carreira especial de enfermagem, com a categoria de enfermeiro, tendo ficado posicionados no nível remuneratório 15, 1.ª posição remuneratória, a que corresponde o vencimento de 1.201,48€, nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, com os trabalhadores a seguir mencionados:

Carmen Sofia da Rocha Lucas;

Susana Isabel Barros Pereira.

Para efeitos do disposto nos Artigos 45.º e 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte constituição:

Presidente — Ana Berta Esteves Cerdeira, Enfermeira Supervisora do IOGP;

1.º Vogal Efetivo — Odete Nascimento Afonso, Enfermeira-Chefe do IOGP;

2.º Vogal Efetivo — Fernanda Maria Mendes Costa Nunes, Enfermeira do IOGP.

O período experimental iniciou-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 90 dias, determinado pelo disposto no n.º 1 do Artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

14 de abril de 2015. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Luísa Coutinho Santos*.

209511663

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas

Despacho n.º 5487/2016

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atento o despacho do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., de 3 de dezembro de 2015, que aprovou a planta parcelar n.º ICTA-A5.E.201.01-A5 e o respetivo mapa de áreas relativo às parcelas de terreno necessárias à construção da obra da “Concessão Beiras Litoral e Alta — A25/IP5 — Nó do IC2/Visu — Sublanço IC2/Talhadas — Aditamento 5”, e a Resolução de Expropriar aprovada por deliberação de 3 de dezembro de 2015 do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S. A., na qualidade de gestora das infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional celebrado com o Estado, conforme foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 226, de 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, declaro, de exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 2311/2016, de 1 de fevereiro, do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016, ao abrigo do n.º 1 do artigo 8.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, e